



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MASC
Nº 70028916419
2009/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70028916419

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE CANOAS

PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE CANOAS

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de pedido de reconsideração à decisão que indeferiu liminar, onde o peticionário requeria a suspensão dos efeitos do artigo 117, § 3º, da Lei Municipal nº 2.214/84, alterado pela Lei 5.003 de 31 de agosto de 2005.

Sustenta que a norma, aprovada e sancionada há pouco mais de três anos, não possuía, até o presente momento, qualquer aplicabilidade. Isto porque, como foi sancionada no decorrer da última gestão que estava à frente do Executivo Municipal, sua eficácia, em tese, ocorreu a partir do término do referido mandato, findo no último dia 31 de dezembro.

Daí o porquê de a norma não ser velha, mas, ao contrário, *tão nova que nunca foi aplicada*.

Refere ainda, que há risco de dano irreparável ao erário, caso algum interessado faça uso de tais prerrogativas e passe a receber do Município verbas inconstitucionais.

Jb

Número Verificador: 700289164192009343481



MASC
Nº 70028916419
2009/CÍVEL

Pois bem. Diante dos argumentos trazidos, tenho por reconsiderar a decisão que indeferiu a liminar, porquanto a lei impugnada, que em seu artigo 2º, alterou o § 3º do artigo 117 da Lei 2.214/84, estabelecendo novo sistema de gratificação para servidores públicos municipais que tenham ocupado o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito, assim compreendido: *“Ao funcionário que tenha exercido o cargo definido no parágrafo anterior, fica assegurado, em caso de opção pela remuneração de agente político e desde que não tenha sofrido suspensão de direitos políticos, a incorporação e agregação de 50% da remuneração após o fim do mandato”*, sugere afronta à Constituição Federal.

Consigno ainda, que o peticionário justificou, modo suficiente, a urgência do pleito.

Portanto, na esteira de precedentes dessa Corte¹, defiro a liminar postulada para suspender, até julgamento final desta ação, os efeitos do 117, § 3º, da Lei nº 2.214/84, do Município de Canoas.

Oficie-se.

Publique-se

Intimem-se

Porto Alegre, 26 de março de 2009.

DES. MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CAMINHA,
Relator.

¹ ADINS Nº 70027922087, Rel. Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro, em 16/03/2009.
Nº 70012948279, Rel. Des. Léo Lima, j. 10/04/2006.